

RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.301 - SP (2019/0157746-8)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **GRANOL INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO S/A**
ADVOGADOS : **ILIDIO BENITES DE OLIVEIRA ALVES - SP078507**
 TIAGO VIEIRA - SP286790
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**
PROCURADOR : **SIMONE APARECIDA VENCIGUERI AZEREDO E OUTRO(S) -**
 SP000020
INTERES. : **CERALIT S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO**
ADVOGADO : **OSVALDO MARCHINI FILHO - SP152833**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACÓRDÃO QUE FIXOU DE FORMA GENÉRICA OS PRESSUPOSTOS FÁTICOS EXIGIDOS PELO ART. 20, § 3º, "A", "B" E "C", DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. VALOR DA CAUSA QUE POR SI SÓ NÃO POSSIBILITA A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA. PARADIGMA QUE NÃO PODE SER TOMADO COMO REGRA. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial manejado por GRANOL INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO S/A contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região resumido da seguinte forma:

TRIBUTÁRIO - MEDIDA CAUTELAR FISCAL - LEI FEDERAL Nº 8.397/92 - INOCORRÊNCIA DE SUCESSÃO EMPRESARIAL - MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Está comprovada a inexistência de sucessão empresarial entre as empresas CERALIT e GRANOL. Somente a CERALIT pode ser responsável pela satisfação do crédito fiscal, nos termos do artigo 133, do Código Tributário Nacional, e do artigo 2º, da Lei Federal nº 8.397/1992.
2. Majoração da verba honorária para R\$ 77.857,00, valor correspondentes a 0,1% do valor da causa, em consideração à importância da causa e ao zelo profissional dos advogados.
3. Apelação do requerido parcialmente provida. Reexame necessário desprovido.

A recorrente alega ofensa ao art. 20, § 3º e 4º, do CPC/1973, uma vez que o acórdão recorrido teria fixado honorários advocatícios em valor correspondente a 0,1% sobre o valor discutido nos autos, o que caracteriza a fixação de honorários em patamar irrisório a possibilitar sua majoração por esta Corte, afastando-se o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

Requer o conhecimento do recurso especial para majorar a verba honorária.
Contrarrazões às fls. 693-694 e-STJ.

Admitido o recurso especial na origem, subiram os autos a esta Corte e vieram-me conclusos.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

A irresignação não merece conhecimento.

1. Possibilidade de o STJ reexaminar honorários sucumbenciais fixados contra Fazenda Pública

O exame desta questão deve ser dividido em três fases, assim sintetizadas:

- a) Circunstâncias em que verba honorária surge como questão de direito apta ser decidida pelo STJ (juízo de admissibilidade);
- b) Análise de eventual violação do art. 20, §§ 3º e 4º, pelo Tribunal *a quo* (juízo de mérito) e
- c) Possibilidade de fixação de novo *quantum* na instância recursal (juízo de mérito com efeito substitutivo).

1.1. Da primeira fase

Na primeira fase, examinam-se os pressupostos de admissibilidade do recursos (extrínsecos e intrínsecos) que, uma vez ultrapassada, ensejará o juízo de mérito.

No ponto, a questão que enseja maiores controvérsias diz respeito à incidência ou não do enunciado da Súmula n. 7/STJ (“*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*”). Isso se dá pelo fato de o § 3º do art. 20 trazer elementos, que, em uma primeira leitura, revelam-se factuais: a) grau de zelo do causídico, b) lugar da prestação de serviço, c) natureza da causa, c') trabalho realizado pelo advogado e c'') tempo exigido no serviço.

Como dito, o juízo de equidade do qual se valerá o magistrado para fixar o valor dos honorários atrelar-se-á aos elementos concretos da causa aptos a justificar cada um desses critérios.

Não tendo o julgador recorrido a nenhuma dessas balizas, nem tecido quaisquer considerações quanto a elas, é dever do causídico provocar a integralização da lide mediante a oposição de embargos declaratórios, como já mencionamos acima. Inexistindo tal providência, **esta Corte não poderá proferir qualquer exame quanto aos honorários fixados**, pois o exame da exorbitância ou da irrisoriedade do valor pressupõe a observância dos critérios fáticos delineados no § 3º do art. 20 do CPC/1973. De outra forma, admitir que esta Corte de Justiça realize tal análise, seria como permitir sua incursão em elementos fático-probatórios dos autos. Claramente, tal providência esbarraria no óbice da Súmula n. 7/STJ.

Ressalte-se que tal raciocínio será inaplicável às hipóteses nas quais o julgador se ateve às circunstâncias elencadas no citado § 3º e consignou todos os elementos fáticos dos quais se valeu para julgar; contudo, quando da aplicação da equidade, não os valorou, nem os apreciou de forma correta.

Nesse caso, estando os fatos corretamente descritos na decisão recorrida – mas desde que mal valorados –, poderão sim ser revistos por esta Corte Superior, pois a mera aferição da ocorrência de um determinado fato incontroverso e necessário ao julgamento da demanda não constitui reexame probatório, mas sim reavaliação da prova. Nesse sentido o precedente: EDcl no REsp n. 988.946 – RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana

Calmon, julgado em 05.05.2009.

Obtido o juízo positivo de admissibilidade do recurso, assim, avança-se para a etapa seguinte.

1.2. Da segunda fase

Nesta fase, no apelo especial examina-se se a condenação a título de verba de sucumbência observou a correta subsunção dos fatos à norma apontada como violada.

Antes, porém, peço vênica para algumas considerações aptas a justificar o exame de mérito em relação ao tema em debate.

Em julgado relatado pela Ministra Eliana Calmon, restou definido que o afastamento excepcional do óbice da Súmula n. 7/STJ para permitir a revisão dos honorários advocatícios em sede de recurso especial, quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo, **somente poderá ser feito quando o Tribunal a quo expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas "a", "b" e "c" do art. 20, § 3º, do CPC/1973**. Cito, por todas as razões de decidir, os seguintes trechos dos EDcl no REsp n. 988.946 – RJ:

De qualquer modo, cumpre ressaltar que, em relação aos honorários advocatícios, considerando a grande diversidade de opiniões inseridas nas decisões do STJ em torno de sua fixação, é necessário que se façam algumas colocações, para efeito didático:

1) Estabelecido está, em princípio, que não pode o STJ alterar o valor dos honorários, por serem eles fixados em consideração ao que se desenvolveu no processo, sendo vedado a esta Corte reexaminar fatos, a teor da Súmula 7/STJ. Nesse sentido: AgRg nos EREsp 685.976/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL; Pet 2.512/MG, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, Rel. p/ Acórdão Ministro FERNANDO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, dentre vários outros julgados.

2) A mesma Corte Especial admite, em situações excepcionalíssimas, que o STJ, afastando o enunciado da Súmula 7, exerça juízo de valor sobre o quantum fixado a título de honorários advocatícios para decidir se são eles irrisórios ou exorbitantes, mas, para isso, indispensável que tenha sido abstraída a situação fática pelo Tribunal a quo. Confirmam-se os seguintes arestos: AgRg na Pet 4.408/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS; EREsp 388.597/SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA.

Observe-se, por exemplo, que o Ministro José Arnaldo da Fonseca deixa claro nesse precedente (EResp 388.597/SP) ter sido abstraído que a verba a ser paga a título de honorários era superior ao próprio valor da execução. Por isso, concluiu ser possível a revisão do valor no recurso especial.

Tenho notado, outrossim, que alguns recursos especiais vêm trazendo, para demonstrar que os honorários são irrisórios, uma comparação entre o valor da causa e o da verba de sucumbência. Essa hipótese poderia até ensejar o reexame do quantum por esta Corte, desde que tais aspectos fáticos tenham sido abstraídos pelo Tribunal a quo. **O que o Superior Tribunal de**

Justiça não pode, em sede de recurso especial, é refazer o juízo de equidade de que trata o art. 20, § 4º, do CPC, levando em conta as alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do mesmo dispositivo legal, sem que o acórdão recorrido deixe delineada a especificidade de cada caso, porque isso, necessariamente, demanda o reexame do contexto fático-probatório e, conseqüentemente, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

A bem da verdade, uma primeira e temerária leitura do tema pode levar à conclusão de estar tal entendimento contraditório, porquanto para o exame de tais questões, pelo menos em tese, valeu-se o julgador dos elementos fáticos-probatórios carreados aos autos. Ocorre que tal argumentação só prevaleceria caso o acórdão recorrido não delineasse as especificidades de cada caso e, mesmo assim, esta Corte de Justiça, sem qualquer parâmetro pré-estabelecido, promovesse a reforma dos honorários, pautando-se exclusivamente na exorbitância do valor da causa ou em considerações ínfimas e próprias quanto aos critérios elencados nas alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do art. 20 do CPC/1973.

De outro turno, admita-se que tais critérios foram examinados pelo Tribunal *a quo* e, quanto a eles, **ainda parem dúvidas sobre a interpretação jurídica conferida pelo julgador ou evidencie-se apreciação equivocada dos fatos dos quais se valeu para aplicar os aludidos critérios**. Nesse caso, ao julgar o apelo especial, o STJ estaria, na verdade, **revalorando** fatos e provas, e **não os reexaminado**, razão pela qual, em tal circunstância, não se aplicaria o enunciado da Súmula n. 7/STJ.

O juízo de mérito restaria, logo, justificado e abrir-se-ia a possibilidade de exame de eventual violação o art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, a fim de que avalie a irrisoriedade ou exorbitância da verba.

1.3. Da terceira fase

Enquadrando-se o feito nessa situação, o efeito substitutivo do recurso exigirá do julgador a fixação de um novo *quantum* a título de verba sucumbencial, o que implica dizer que o "juízo de valor sobre o *quantum* fixado" constitui juízo de mérito.

Para assim decidir, esta Corte de Justiça deverá pautar-se nos seguintes critérios, já previstos na norma (§§ 3º, *caput*, e 4º, do art. 20 do CPC/1973):

a) Entre o mínimo de dez por cento e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação; e

b) Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas nas quais não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz.

No caso do § 3º, *caput*, considerando que o próprio Código de Processo Civil de 1973 estabelece as respectivas balizas, a questão não oferece maior dificuldade, pois, pautando-se as instâncias ordinárias por tais parâmetros, não há afronta ao art. 20 desse Código.

No caso do § 4º, em que não há balizas pré-estabelecidas, a questão torna-se mais tormentosa, sobretudo porque o Código autoriza o exercício do juízo de equidade. Nessa hipótese, cabe ao STJ verificar se a verba honorária foi fixada dentro de patamares tidos por razoáveis. Em suma, a verba honorária fixada nem pode implicar remuneração indigna ao trabalho realizado pelo causídico, nem o seu enriquecimento sem causa.

Importante frisar, ainda, que o juízo realizado é de mérito (violação ou não do art. 20 do CPC/1973), e não de admissibilidade (que é exercido na fase anterior).

Nesta terceira fase, cabe ao STJ redefinir o *quantum* relativo à verba honorária.

Como já mencionado, esta fase pressupõe o reconhecimento de que o tribunal de origem não observou as balizas tidas por razoáveis para adotar **determinada base de cálculo, percentual ou valor fixo**.

É certo que, aqui, impera algum grau de subjetividade. No entanto, o importante é que o novo montante seja fixado dentro das balizas tidas por razoáveis. Entendo, com a máxima venia, que, como o citado § 4º não estabelece percentuais ou valores mínimo e máximo; **não é facultado ao órgão julgador valer-se de tabelamento** para casos análogos, porquanto não foi esse o sistema adotado pelo CPC/1973.

Considero, ainda, temerário aplicar as balizas elencadas no art. 85, § 3º, do CPC/2015 (fixação em percentuais a depender do valor da condenação) aos feitos julgados sob a sistemática do CPC/1973, pois os dois sistemas definiram, no meu ponto de vista, critérios inconciliáveis.

O CPC/2015 elenca parâmetros totalmente objetivos para fixação de honorários advocatícios, quando é parte a Fazenda Pública, afastando expressamente o emprego da equidade. Por outro lado, o sistema do CPC/1973 é todo construído em cima de tal premissa. Aplicar os critérios do § 3º do art. 85 do CPC/2015 aos feitos julgados na sistemática do CPC/1973, comprometeria o critério da equidade previsto em lei como regra a ser observada pelo magistrado, além de configurar operação que foge à técnica interpretativa lógica.

2. Considerações, *in obiter dictum*, quanto ao CPC/2015

Os feitos com decisões publicadas até 18 de março de 2016 terão seus honorários advocatícios fixados com base nos parâmetros elencados no art. 20 do CPC/1973; os sentenciados após essa data serão pautados no art. 85 e parágrafos do CPC/2015.

Partindo-se de tal premissa, reconheço que inúmeras foram as alterações quanto ao tema promovida pelo novel dispositivo. Por hora, contudo, cabe apenas registrar minhas impressões iniciais quanto às alterações promovidas na fixação de honorários nos feitos em que é parte a Fazenda Pública e sua possível implicação nos feitos em andamento.

Consigno as seguintes alterações, todas baseadas nos parágrafos do art. 85:

a) Sendo a Fazenda vencedora ou vencida, os parâmetros serão os mesmos, eliminando-se algumas discussões perpetradas na vigência do CPC/1973, tais como possível violação a isonomia;

b) O estabelecimento de regras especiais de fixação dos honorários, com o estabelecimento de percentuais diferenciados a depender da faixa inicial da condenação e a subsequente, reduzindo-se, consideravelmente, a possibilidade de apreciação equitativa do magistrado;

c) A base de cálculo será o valor da condenação ou do proveito econômico obtido. Inexistindo o primeiro ou não sendo possível mensurar o segundo, utilizar-se-á o valor atualizado da causa;

d) Os percentuais terão como parâmetro o salário mínimo vigente quando da prolação da sentença líquida ou em que estiver em vigor na data da liquidação; e

e) A previsão expressa da possibilidade de condenação em honorários em caso de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.

Percebe-se que a fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, nos feitos em que é parte a Fazenda Pública, sofreu considerável alteração, especialmente no que se

refere ao estabelecimento de regras especiais de fixação. Se alguma margem de liberalidade ainda persiste, restringe-se à análise das circunstâncias factuais previstas nos incisos de I a IV do § 2º do art. 85, para fins de adoção de um percentual entre o mínimo e o máximo, de acordo com as faixas previstas no § 3º, devendo-se observar, ainda, o disposto nos §§ 4º e 5º do mencionado dispositivo legal.

Não obstante ser possível a incidência da novel figura dos honorários recursais (previstos no § 11 do art. 85) aos feitos em andamento (Enunciado Administrativo n. 7/STJ), os honorários sucumbenciais fixados sob a égide do CPC/1973 e submetidos ao exame desta Corte deverão ater-se aos parâmetros estabelecidos no Codex de 1973, já que, certamente, o dispositivo apontado como violado é o art. 20, § 4º, do CPC.

Com essas considerações, *in obiter dictum*, não visualizo a aplicabilidade das novas regras previstas no art. 85 do CPC/2015 ao recurso em comento.

3. Do dispositivo

Ao fim e ao cabo, examinando a controvérsia tal como posta, mesmo considerando a possibilidade de os honorários em tela terem nítida conotação de irrisoriedade, nenhuma consideração quanto aos critérios do § 3º do art. 20 do CPC/1973 foi levada a efeito pelo acórdão de origem.

Veja-se que o acórdão proferido pela Corte de Origem apenas fez consignar genericamente que (fls. 665 e-STJ):

(...)

No caso concreto, a verba honorária deve ser majorada para R\$ 77.857,00, valor correspondente a 0,1% do valor da causa, em consideração à importância da causa e ao zelo profissional dos advogados.

(...)

Dos quesitos zelo, lugar, importância, trabalho e tempo, os excertos não permitem extrair nenhum, o que chama a incidência da Súmula n. 7 do STJ.

Ressalte-se que o valor da causa, por si só, não é elemento hábil a propiciar a qualificação do *quantum* como ínfimo ou abusivo, para fins de revisão da verba honorária fixada na origem, conforme orientação adotada pela Segunda Turma desta Corte nos autos do REsp 1.417.906/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Rel.(a) p/ acórdão Ministro Herman Benjamin, DJe 01/07/2015. Confira-se a ementa do referido julgado, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO EM RECURSO ESPECIAL. EXORBITÂNCIA E IRRISORIEDADE NÃO VERIFICÁVEIS DE PLANO. MAJORAÇÃO NO STJ, EM VALOR SUPERIOR A 3.300%. CIRCUNSTÂNCIAS EXCEPCIONAIS NÃO CONSTATADAS NO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO ADOTADO PELA SEGUNDA TURMA DO STJ NO AGRG NO ARESP 532.550/RJ (DJe 2.2.2015). ENTENDIMENTO DO STJ

1. Não há, à luz do art. 20, § 4º, do CPC e da legislação processual em vigor, norma que: a) estabeleça piso para o arbitramento da verba honorária devida pela Fazenda Pública, e b) autorize a exegese segundo a qual a estipulação abaixo de determinado parâmetro (percentual ou expressão monetária fixa) automaticamente qualifique os honorários advocatícios como irrisórios, em comparação exclusivamente com o valor da causa.

CASO CONCRETO

2. Trata-se de Recurso Especial da empresa Cervejarias Reunidas Skol

Caracu S/A, visando, com base no valor da causa, majorar a verba honorária fixada nas instâncias de origem.

3. O Tribunal a quo negou provimento ao Agravo da empresa, valendo-se dos seguintes fundamentos: a) a condenação prevista no art. 20, § 4º, do CPC deve se pautar no juízo equitativo, e não no valor da causa; b) a defesa da parte devedora foi realizada por meio de Exceção de Pré-Executividade, instrumento de criação doutrinário-jurisprudencial que pressupõe temas não complexos, relacionados às condições da ação e outras matérias de ordem pública, de simples constatação, isto é, que não demandam dilação probatória; e, c) dessa forma, não houve muito trabalho do advogado, "tendo em vista que após a citação apenas houve a apresentação de uma peça de defesa" (fl. 799, e-STJ).

4. No Recurso Especial, a tese defendida é que a revisão da verba honorária, no caso concreto, é medida que se impõe, em razão do montante irrisório arbitrado.

5. O e. Ministro Mauro Campbell Marques, em judicioso voto, deu provimento ao apelo para majorar os honorários advocatícios e fixá-los em R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), o que representa aumento de mais de 3.300%, comparado à quantia arbitrada na Corte local.

6. No julgamento do AgRg no AREsp 532.550/RJ (DJe 2.2.2015), após detido exame dos precedentes do STJ, as seguintes premissas ficaram bem delimitadas, no que diz respeito à possibilidade de modificação, em Recurso Especial, dos honorários advocatícios fixados nas instâncias de origem: a) a regra é a aplicação da Súmula 7/STJ; b) excepcionalmente, afasta-se o óbice sumular quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo, o que somente pode ser feito quando o Tribunal a quo expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas "a", "b" e "c" do art. 20, § 3º, do CPC; e c) **o valor da causa, por si só, não é elemento hábil a propiciar a qualificação do quantum como ínfimo ou abusivo.**

7. Não há, nos termos acima, como majorar a verba honorária, sem adentrar a reanálise dos fatos e provas (óbice da Súmula 7).

8. Quanto ao Recurso Especial interposto pela empresa, observo que, na hipótese dos autos, a causa foi resolvida já pelo juízo de primeiro grau, em seu favor, diante da constatação de que duas das três CDAs tinham por objeto crédito cuja exigibilidade estava suspensa em razão de provimento jurisdicional vigente, concedido em outra demanda. Em outras palavras, tanto a solução da lide foi de extrema simplicidade que o Agravo do art. 522 do CPC se limitou a discutir o valor dos honorários advocatícios, isto é, não havia mais litígio entre as partes quanto à questão de fundo.

9. Diante dessas circunstâncias, não vejo elementos para afastar a Súmula 7/STJ e majorar os honorários em mais de 3.300%.

10. Recurso Especial não conhecido, em razão da incidência da Súmula 7/STJ. (REsp 1.417.906/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Relator(a) p/ Acórdão Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 01/07/2015) (grifei)

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, é preciso registrar que a fixação de honorários advocatícios é providência peculiar de caso concreto, de forma que o julgamento de um caso sob determinado contexto não pode ser tomado como regra para o julgamento de outros casos em contextos diferentes, sobretudo porque, conforme exposto acima, o revolvimento de tais contextos, seja para mais seja para menos, é

inviável na hipótese em razão do óbice da Súmula nº 7 do STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

